

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	27
--------------------	----

Primeira Parte

TEORIA GERAL DOS RECURSOS CÍVEIS

1. ORIGEM E ACEPÇÕES DO VOCÁBULO RECURSO	31
2. RECURSO: ESPÉCIE DO GÊNERO REMÉDIO JURÍDICO	33
3. DA RAZÃO DE SER DOS RECURSOS	34
4. NATUREZA JURÍDICA DO RECURSO	36
5. ATOS PROCESSUAIS SUJEITOS A RECURSO	37
6. DEFEITOS DAS DECISÕES	42
7. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO	48
8. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE	53
8.1. Cabimento	53
8.2. Legitimidade recursal	55
8.2.1. Noção geral	55
8.2.2. Legitimidade recursal na qualidade de parte	56
8.2.3. Legitimidade recursal do Ministério Público	58
8.2.4. Legitimidade recursal do terceiro prejudicado	59
8.3. Interesse recursal	62
8.3.1. Generalidades	62
8.3.2. Hipóteses de ausência de interesse recursal	64
8.4. Inexistência de fato extintivo ou impeditivo	68
8.4.1. Noção geral	68
8.4.2. Renúncia ao direito de recorrer	68

8.4.3. Aceitação ou aquiescência	70
8.4.4. Desistência do recurso	71
8.4.5. Outros fatos impeditivos	73
8.5. Tempestividade	75
8.5.1. Definição	75
8.5.2. Dos prazos recursais	75
8.5.3. Contagem do prazo recursal	78
8.5.4. Suspensão e interrupção do prazo recursal	87
8.6. Regularidade formal	92
8.7. Preparo	97
9. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO SISTEMA RECURSAL CÍVEL	
BRASILEIRO	104
9.1. Conceito de princípio jurídico	104
9.2. Princípio da taxatividade	104
9.2.1. Noção geral	104
9.2.2. Pedido de reconsideração	105
9.2.2.1. Generalidades	105
9.2.2.2. Hipóteses excepcionais que ensejam pedido de reconsideração	107
9.2.3. Recurso adesivo	109
9.2.3.1. Generalidades	109
9.2.3.2. Regularidade formal, tempestividade e preparo	112
9.2.3.3. Recurso adesivo, juízo de admissibilidade e juízo de mérito	113
9.2.4. Correição parcial	114
9.2.5. Remessa obrigatória	118
9.2.6. Uniformização de jurisprudência	120
9.2.6.1. Natureza jurídica do instituto	120
9.2.6.2. Pressupostos do incidente	122
9.2.6.3. Legitimidade	127
9.2.6.4. Suscitação do incidente	128
9.2.6.5. Do procedimento e do julgamento do incidente	129
9.2.6.6. Da recorribilidade	137
9.3. Princípio da singularidade	139
9.4. Princípio do esgotamento das vias recursais	142

9.5. Princípio da proibição da reformatio in peius	146
9.6. Princípio da fungibilidade recursal	148
9.6.1. Generalidades	148
9.6.2. Hipóteses que dão ensejo à aplicação do princípio da fungibilidade recursal	151
9.6.3. Hipóteses que não dão ensejo à aplicação do princípio da fungibilidade recursal	157
9.7. Direito intertemporal dos recursos — Princípio da aplicação da lei vigente ao tempo da publicação da decisão	169
9.8. Princípio da consumação	176
9.9. Princípio da dialeticidade	180
9.10. Princípio da voluntariedade	181
10. CLASSIFICAÇÕES DOS RECURSOS CÍVEIS BRASILEIROS	182

Segunda Parte
DOS RECURSOS EM ESPÉCIE

11. APELAÇÃO	195
11.1. Notícia histórica. Cabimento: regra e exceções	195
11.2. Prazo recursal	201
11.3. Regularidade formal e preparo	201
11.4. Procedimento no juízo a quo	204
11.5. Procedimento no tribunal ad quem	205
11.6. Extensão da apelação	209
11.7. Profundidade da apelação	212
11.8. Questões de fato novas e documentos novos	222
11.9. Efeito suspensivo	225
11.9.1. Generalidades	225
11.9.2. Efeito suspensivo e concessão judicial	227
11.9.3. Execução e apelação sem efeito suspensivo	228
11.10. Efeito substitutivo	231
11.11. Efeito de retratação	231
12. AGRAVOS	234
12.1. Notícia histórica. Noção geral	234

12.2. Agravo — por instrumento e retido —	
contra decisão interlocutória	236
12.2.1. Cabimento e modalidades	236
12.2.2. Prazo recursal	248
12.2.3. Regularidade formal dos agravos retido e de instrumento. Agravo retido e juízo de admissibilidade	250
12.2.4. Preparo	260
12.2.5. Procedimento	261
12.2.6. Efeitos	264
12.3. Agravo interno	269
12.3.1. Cabimento	269
12.3.1.1. Generalidades	269
12.3.1.2. Agravo interno e decisão monocrática proferida no agravo de instrumento dos artigos 522 e 524	272
12.3.1.3. Agravo interno e decisão monocrática proferida em ação originária de mandado de segurança	274
12.3.1.4. Agravo interno e decisão monocrática indeferitória de suspensão em mandado de segurança	276
12.3.2. Nomen iuris	277
12.3.3. Prazo recursal	280
12.3.4. Regularidade formal e preparo	281
12.3.5. Efeitos	282
12.3.6. Procedimento	282
12.3.7. Da multa processual	285
12.4. Agravo de instrumento contra decisão de inadmissão de recursos extraordinário e especial	286
12.4.1. Cabimento	286
12.4.2. O agravo de instrumento do artigo 544 e os outros agravos	287
12.4.3. Regularidade formal. Preparo	289
12.4.4. Procedimento	294
13. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	296
13.1. Notícia histórica	296
13.2. Acepções do vocábulo embargos	296
13.3. Nomen iuris	296

13.4. Natureza jurídica dos embargos declaratórios	297
13.5. Escopo do recurso. Possibilidade da alteração do julgado embargado	298
13.6. Cabimento	302
13.6.1. Generalidades	302
13.6.2. Embargos de declaração e despacho	303
13.6.3. Hipóteses de cabimento	304
13.6.4. Embargos de declaração e prequestionamento	306
13.6.5. Embargos de declaração contra decisão proferida em embargos declaratórios	307
13.6.6. Cabimento e juízo de admissibilidade	308
13.7. Exceção ao princípio da singularidade recursal	310
13.8. Princípio da complementaridade	311
13.9. Regularidade formal	312
13.10. Prazo recursal	313
13.11. Desnecessidade de preparo	314
13.12. Procedimento e julgamento	315
13.13. Da regra da interrupção do prazo recursal e da exceção da suspensão	318
13.14. Da multa processual	323
14. EMBARGOS INFRINGENTES	325
14.1. Notícia histórica	325
14.2. Escopo do recurso	325
14.3. Cabimento: generalidades	326
14.4. Embargos infringentes contra acórdão tomado por voto médio	333
14.5. Embargos infringentes e mandado de segurança originário	334
14.6. Embargos infringentes e apelação em mandado de segurança	335
14.7. Embargos infringentes e apelação em processo falimentar	337
14.8. Embargos infringentes e agravo retido	338
14.9. Embargos infringentes e recurso inominado	340
14.10. Embargos infringentes e remessa necessária	341
14.11. Embargos infringentes e incidente de uniformização de jurisprudência	343
14.12. Embargos infringentes e incidente de inconstitucionalidade	344
14.13. Embargos infringentes e ação direta de inconstitucionalidade	345

14.14. Dos efeitos	348
14.15. Prazo recursal	352
14.16. Regularidade formal e preparo	353
14.17. Do procedimento	355
14.18. Do julgamento	360
15. RECURSO ORDINÁRIO	363
15.1. Notícia histórica	363
15.2. Generalidades	363
15.3. Recurso ordinário em causas internacionais	375
15.4. Recurso ordinário em mandado de segurança	376
15.4.1. Notícia histórica	376
15.4.2. Mandado de segurança: noção geral	377
15.4.3. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Superior Tribunal de Justiça	382
15.4.4. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Supremo Tribunal Federal	390
15.5. Recurso ordinário em habeas data e em mandado de injunção ...	390
16. RECURSO ESPECIAL	392
16.1. Antecedentes históricos do Superior Tribunal de Justiça e do recurso especial	392
16.2. Jurisdição, composição e organização do Superior Tribunal de Justiça	393
16.3. Cabimento: generalidades	396
16.4. Recurso especial pela alínea “a”	402
16.5. Recurso especial pela alínea “b”	408
16.6. Recurso especial pela alínea “c”	410
16.7. Recurso especial retido	412
16.7.1. Generalidades	412
16.7.2. Recurso especial retido e tempestividade	414
16.7.3. Desistência tácita	415
16.7.4. Recurso especial retido e agravo retido	415
16.8. Tempestividade	417
16.9. Preparo	418
16.10. Regularidade formal e interesse recursal	418

16.11. Efeitos do recurso especial	419
16.12. Procedimento	423
16.13. Julgamento do recurso especial. Julgamento da causa. Inadmissibilidade de reexame de prova. Possibilidade do exame de questão de fato	424
17. RECURSO EXTRAORDINÁRIO	427
17.1. Notícia histórica	427
17.2. Cabimento	428
17.2.1. Generalidades	428
17.2.2. Recurso extraordinário e incidente de inconstitucionalidade. Recurso extraordinário e incidente de uniformização de jurisprudência.	437
17.2.3. Recurso extraordinário e julgado do Supremo Tribunal Federal.	438
17.2.4. Recurso extraordinário e acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça	439
17.3. Recurso extraordinário pela alínea "a"	440
17.4. Recurso extraordinário pela alínea "b"	444
17.5. Recurso extraordinário pela alínea "c"	445
17.6. Recurso extraordinário retido.	446
17.7. Acórdão com capítulos decididos à unanimidade e por maioria de votos.	448
17.8. Prazo recursal. Recurso extraordinário adesivo.	449
17.9. Regularidade formal e preparo.	451
17.10. Procedimento. Julgamento do recurso extraordinário.	453
17.11. Incidente de inconstitucionalidade	457
17.11.1. Controle jurisdicional de constitucionalidade no direito brasilei- ro e incidente de inconstitucionalidade	457
17.11.2. Natureza jurídica do instituto	458
17.11.3. Obrigatoriedade da instauração do incidente: regra. Exceção	459
17.11.4. Alcance da expressão "lei ou ato normativo do poder público"	460
17.11.5. Legitimidade para suscitar o incidente de inconstitucionalidade	461

17.11.6. Procedimento do incidente de inconstitucionalidade	461
17.11.7. Efeitos do julgamento proferido no incidente de inconstitucionalidade	463
17.11.8. Da recorribilidade	464
18. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	466
18.1. Notícia histórica e finalidade do recurso	466
18.2. Embargos de divergência e institutos afins	467
18.2.1. Embargos de divergência e recurso especial pela alínea “c”	467
18.2.2. Embargos de divergência e embargos infringentes	468
18.2.3. Embargos de divergência e uniformização de jurisprudência	469
18.3. Do cabimento dos embargos de divergência	470
18.3.1. Do acórdão embargado	470
18.3.2. Do paradigma	477
18.4. Do prazo recursal	480
18.5. Da regularidade formal	481
18.6. Do preparo	482
18.7. Do interesse recursal	483
18.8. Dos efeitos	484
18.9. Do procedimento	486
18.10. Do julgamento	489
18.11. Dos recursos	490

Terceira Parte
AÇÃO RESCISÓRIA

19. AÇÃO RESCISÓRIA	495
19.1. Generalidades	495
19.2. Das hipóteses de rescindibilidade	502
19.2.1. Generalidades	502
19.2.2. Prevaricação, concussão e corrupção	504
19.2.3. Impedimento e incompetência absoluta	506
19.2.4. Dolo rescisório, processo fraudulento e processo simulado	507

19.2.5. Ofensa à coisa julgada	510
19.2.6. Violação de literal disposição de lei	511
19.2.7. Prova falsa	514
19.2.8. Documento novo	515
19.2.9. Confissão, reconhecimento do pedido, renúncia e transação	517
19.2.10. Erro de fato	520
19.3. Hipóteses de inadmissibilidade da ação rescisória	522
19.4. Ação rescisória e direito intertemporal	530
19.5. Do prazo decadencial	531
19.6. Da competência	533
19.7. Da legitimidade	533
19.8. Ação rescisória e execução do julgado rescindendo	535
19.9. Do procedimento	538
19.10. Do julgamento	545
19.11. Da recorribilidade	549
19.12. Ação rescisória de julgado proferido em ação rescisória	551

Apêndice I

BREVES NOTAS SOBRE OS RECURSOS CÍVEIS E O PROCESSO NOS TRIBUNAIS À LUZ DA LEI N. 10.259, DE 16 DE JULHO DE 2001

1. Generalidades	561
2. Do incidente de uniformização	563
3. Do recurso extraordinário	567

Apêndice II

ENUNCIADOS E CONCLUSÕES

Primeira parte – TEORIA GERAL DOS RECURSOS CÍVEIS	575
1.1. Cabimento	575
1.2. Legitimidade recursal	577
1.3. Interesse recursal	577
1.4. Tempestividade	578

1.5. Regularidade formal	579
1.6. Preparo	581
Segunda Parte – DOS RECURSOS EM ESPÉCIE	582
2.1. Apelação	582
2.2. Agravo de instrumento (artigos 522 e 524)	583
2.3. Agravo retido	586
2.4. Agravo interno ou regimental	586
2.5. Agravo de instrumento (artigo 544)	587
2.6. Embargos de declaração	588
2.7. Embargos infringentes	589
2.8. Recurso ordinário	590
2.9. Recurso especial	591
2.10. Recurso extraordinário	592
2.11. Embargos de divergência	593
2.12. Recurso inominado	593
Terceira Parte – DA AÇÃO RESCISÓRIA	595

Apêndice III

EXPRESSÕES LATINAS	599
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	607